

José de Souza Martins  
coordenador

*A criança sem infância no Brasil*



editora hucitec  
humanismo, ciência e tecnologia

1981

hucitec

2.º edição

## CIÊNCIAS SOCIAIS

### TÍTULOS EM CATÁLOGO

- Sobre o Modo Capitalista de Pensar*, José de Souza Martins (4 ed.)  
*Colonos do Vinho*, José Vicente Tavares dos Santos (2 ed.)  
*O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*, Heloisa H. Teixeira de Souza Martins  
*A Mulher Operária*, Jessita Martins Rodrigues  
*Expropriação e Violência*, José de Souza Martins (3 ed.)  
*A Participação Social dos Excluídos*, Marialice M. Foracchi  
*A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira*, José de Souza Martins (org.)  
*Samba Negro, Espoliação Branca*, Ana Maria Rodrigues  
*Formação Industrial do Brasil e Outros Estudos*, José Carlos Pereira  
*Mão-de-Obra e Condições de Trabalho na Indústria Automobilística Brasileira*, José Sérgio R. C. Gonçalves  
*O Cativo da Terra*, José de Souza Martins (4 ed.)  
*Os 45 Cavaleiros Húngaros*, Oliveiros S. Ferreira  
*Antropologia Cultural e Análise da Cultura Subalterna*, Luigi Lombardi Satriani  
*Educação e Fecundidade*, Maria Irene Q. F. Szmrecsányi  
*As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guaraní*, Curt Nimuendaju Unkel  
*Metamorfoses do Escravo*, Octávio Ianni (2 ed.)  
*Com a Palavra o Senhor Presidente José Sarney (ou como Entender os Meandros da Linguagem do Poder)*, Celi Regina Jardim Pinto  
*O Antigo Regime e a Revolução*, Alexis de Tocqueville  
*Caminhada no Chão da Noite*, José de Souza Martins  
*A Organização Social dos Tupinambá*, Florestan Fernandes  
*Classes e Movimentos Sociais na América Latina*, Sônia Larangeira (org.)  
*A Refeição das Almas*, Renate Brigitte Veitler  
*Refazendo a Fábrica Fordista*, Elizabeth Bortolaia Silva  
*Os Candomblés de São Paulo*, Reginaldo Prandi  
*O Massacre dos Inocentes*, José de Souza Martins (org.)  
*Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, Howard Becker  
*A Chegada do Estranho*, José de Souza Martins  
*A Ilusão Fecunda: a Luta por Educação nos Movimentos Populares*, Marília Pontes Sposito

## O MASSACRE DOS INOCENTES A criança sem infância no Brasil

DO MESMO AUTOR, NA EDITORA HUCITEC

*Conde Matarazzo, o Empresário e a Empresa* (Estudo de Sociologia do Desenvolvimento), 2.ª ed., 2.ª reimpr., 1976

*Sobre o Modo Capitalista de Pensar*, 4.ª ed., 1986.

*Expropriação e Violência* (A Questão Política no Campo), 2.ª ed., 1982; 3.ª ed., aumentada, 1991.

*Introdução Crítica à Sociologia Rural* (org.), 2.ª ed., 1986

*A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira* (org.), 1983

*O Cativo da Terra*, 4.ª ed., 1990

*A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"*, 1986.

*Caminhada no Chão da Noite*, 1989

*O Massacre dos Inocentes* (A Criança sem Infância no Brasil) (org.), 2.ª ed., 1993

*Subúrbio* (Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha), 1992

*A Chegada do Estranho*, 1993.

A relação completa dos textos de José de Souza Martins encontra-se no fim deste livro.

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

coordenador

ETHEL VOLFZON KOSMINSKY

IARA FERRAZ

JOSÉ CÉSAR GNACCARINI

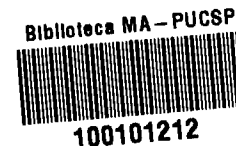
MARIA MACHADO MALTA CAMPOS

MARISTELA ANDRADE

SÉRGIO ADORNO

# O MASSACRE DOS INOCENTES

A criança sem infância no Brasil



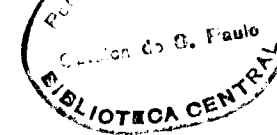
2.ª edição



EDITORA HUCITEC  
Humanismo, Ciência e Tecnologia  
São Paulo, 1993

© Direitos autorais, 1991, de José de Souza Martins, Ethel Volfzon Kosminsky, Iara Ferraz, José César Gnaccarini, Maria Machado Malta Campos, Maristela Andrade e Sérgio Adorno. Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda., Rua Gil Eanes, 713 — 04601-042 São Paulo, Brasil. Telefones: (011)543-0653, 530-9208. Fac-símile: (011)535-4187.

ISBN 85.271.0164.5  
Foi feito o depósito legal.



## Sumário

Introdução . . . . .	9
1. Os índios Parkatejê 30 anos depois . . . . . Iara Ferraz	21
2. Violências contra crianças camponesas na Amazônia . . . . . Maristela Andrade	37
3. Regimar e seus amigos — A criança na luta pela terra e pela vida . . . . . José de Souza Martins	51
4. O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia . . . . . José César Gnaccarini	81
5. Infância abandonada — o piedoso disfarce do trabalho precoce . . . . . Maria Machado Malta Campos	117
6. Internados — os filhos do Estado padrasto . . . . . Ethel Volfzon Kosminsky	155
7. A experiência precoce da punição . . . . . Sérgio Adorno	181
Bibliografia . . . . .	209

3 710781  
M. 111  
1992  
EX-1

dução do estigma de “futuro marginal” se dissemina junto aos funcionários.

A relação funcionário/criança exprime claramente a desigualdade, onde o lado mais fraco vê rompidas as suas possibilidades de construção de vínculos humanos e afetivos. A instituição nega a possibilidade de um agir coletivo das crianças e nessas práticas alimenta o que aparentemente procura negar: o abandono e a marginalidade.

### Capítulo 7

## A EXPERIÊNCIA PRECOCE DA PUNIÇÃO

SÉRGIO ADORNO

“No lugar que é preso, ninguém ajuda nada, nem tenta recuperar as pessoas. Bom, ao menos o que eu vi, eu nunca vi nada de bom proveito para tirar a pessoa daquele caminho que está errado para pôr num caminho certo.”

(Oswaldo)

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos do século XIX e primeiros anos deste século, a idéia de reforma social e moral de indivíduos determinados ocupa a atenção de não poucos cidadãos desta sociedade, preocupados com a devassidão dos costumes, a indisciplina cívica e com a desobediência civil nas suas mais variadas formas. O confinamento em instituições especializadas, orientadas por modernos princípios extraídos da psicologia, da psiquiatria e da pedagogia, afigurava-se o correto caminho a seguir. O isolamento dos desajustados em espaços educativos e corretivos constituía estratégia segura para a manutenção “pacífica” da parte sadia da sociedade. Em 1936, uma “estudiosa” do problema do “menor” em São Paulo, identificava as “causas” da existência de abandonados, delinqüentes e anormais, todos eles associados à desorganização familiar: desemprego levando à decadência, à pobreza e à indigência; reclusão dos pais em hospitais, cadeias públicas ou

manicômios; falta de idoneidade moral, além de outras “degenerações” ligadas à natureza das ocupações, às influências étnicas e à imigração desordenada. Acompanhando as tendências e correntes em voga à sua época, propunha como solução para o problema do “menor”: racionalização da intervenção judiciária de modo a oferecer assistência e amparo “aos menores com finalidades profiláticas quanto ao crime, à loucura, à prostituição e à anormalidade em geral” (Freitas, 1936: 28). Com vistas ao tratamento adequado, sugeria uma classificação dos “menores” e conseqüente confinamento nos seguintes termos: (a) para os idiotas e imbecis profundos, os asilos privados; (b) para os indisciplinados, delinqüentes, tarados, pervertidos e perversos, os reformatórios; (c) para os surdos, míopes e cegos, escolas especiais; (d) para os débeis, colônias agrícolas com orientação profissional; (e) para os tuberculosos, pré-tuberculosos, sifilíticos, cardíacos, sanatórios ou hospitais adequados; (f) para os extraviados sexuais, colônias de trabalho; (g) retardados e anormais de boa índole, aproveitamento em emprego adequado.

Embora sentenciadas há mais de meio século atrás, as sugestões oferecidas pela estudiosa revelam o quão longe e requintado havia chegado o propósito de classificar os diferentes e confiná-los em espaços de segregação e de isolamento. Uma mentalidade que se coloca como afinada com a modernidade do país, que renegava seu passado escravista e trilhava o caminho da civilização pela negação permanente da barbárie, que se apresentava sob a forma de diversidade irresponsável e caótica! Cinquenta anos mais tarde, é como se a roda da história tivesse tropeçado em algum obstáculo, parado seu funcionamento inexorável e somente girasse em torno de si própria. Um movimento de rotação sem translação. Um caminho sem volta, porém também sem horizontes ou cenários futuros. Como remover esse obstáculo constitui desafio à imaginação política brasileira. Fazê-lo significa, antes de tudo, impor-se tarefas infundáveis, entre as quais restituir à criança brasileira o direito à infância.

Não se sabe ao certo quantas são as crianças impedidas de sê-lo. Suspeita-se que sejam milhares, vivendo abaixo do patamar mínimo

de sobrevivência. Crianças empurradas contra a vida, submetidas à guerra de todos contra todos, transfiguradas precocemente em adultos todavia reduzidas em um mundo adultocêntrico a sujeitos desprovidos de autonomia e de liberdade. Em uma sociedade que lhes comprime o espaço de existência digna, constroem trajetórias que vingam o destino que se lhes impõe. Trajetórias diferenciadas, que se reproduzem aqui e acolá. Algumas enveredam pelo duro caminho da sujeição e do disciplinamento subjacentes ao mundo do trabalho. Conformam-se, desde cedo, ao rito regular das fábricas, das oficinas, dos estabelecimentos comerciais, dos escritórios de serviços. Optam por um horizonte, o do pobre, porém honrado, respeitador da ordem, obediente, civil. Outras espalham-se pelas cidades, vagam pelas ruas, aproveitam as oportunidades que outros não aproveitam, situam-se nos mais diversos e recônditos espaços de reprodução social da existência, lá onde sequer é possível imaginar que a vida seja viável. Aprendem as mais diferentes ocupações no universo da economia informal, assegurando para si e para outros que compartilham a mesma história o pão de cada dia. Em um mundo perverso, tornam-se provedoras do lar dilacerado pela situação de pauperização crescente. Vítimas da miséria, configuram alvo privilegiado das instituições de amparo social que as convertem em “carentes”, ou em “abandonados”. Quando trilham o caminho da delinqüência — uma possibilidade entre outras, por força da multiplicidade de contatos proporcionados pela rua e pela circulação de pessoas das mais diversas origens, movidas por escrúpulos que vão do apoio à exploração — acabam “clientes” das agências de contenção da ordem pública, estabelecendo com elas vínculos quase indissolúveis, de amor e ódio.

Nas instituições de bem-estar do “menor”<sup>1</sup>, verifica-se um flagrante descompasso entre o discurso civilizatório, que supõe pre-

<sup>1</sup> O termo “menor”, de larga utilização no senso comum, na imprensa e mesmo na pesquisa científica, tem uma origem pouco nobre. Cunhado, no Brasil, pela medicina legal e reconhecido pelo direito público para divisar a população entre responsáveis e irresponsáveis, segundo o critério do discernimento moral e do desenvolvimento psicológico, seu emprego generalizou-se para designar um tipo específico de criança, aquela procedente das classes populares, em situação de

paro das crianças e adolescentes para a vida social na condição de cidadãos sujeitos de sua própria história, e o repertório de recomendações práticas e técnicas, que orienta o cotidiano dessas “estufas” para mudar pessoas, como bem nomeou Goffman as instituições totais (Goffman, 1975). Essas instituições, a par dos episódios sistemáticos de contenção violenta, representados por espancamentos e maus-tratos — vezes até justificados para manter o clima de tranqüilidade indispensável ao seu funcionamento ordeiro —, primam por impor regras e normas que contrastam com os modos de ser e de estar de seus tutelados. Não raro, a introjeção de hábitos de gestão da vida cotidiana e da higiene pessoal, o aprendizado escolar e profissional, o tratamento indiferenciado nas relações de gênero não apenas desconhecem o mundo social e cultural dessas crianças e adolescentes, como também desqualificam seus vínculos de sociabilidade ao associá-las à desorganização familiar, à suposta inclinação por padrões de organização desintegradores, perversos à formação da personalidade e do caráter social e, nessa medida, contrários à ordem pública. O resultado desse contraste reside no insucesso dessas instituições em fazer prevalecer seus objetivos discursivos, o que as reduz ao que são efetivamente: instâncias de produção de sujeitos dependentes e tutelados sobre os quais deita o poder sua voracidade e intolerância. Trata-se de um processo que estimula a resistência, a qual se materializa tanto em comportamentos individuais inconformistas e pouco suscetíveis de acatar regras impostas quanto em revoltas coletivas cujos efeitos, igualmente violentos e deploráveis, surpreendem o mundo ilustrado e informado, a sociedade de “homens de bem”, os filantropos bem-intencionados, os reacionários de plantão.

miséria absoluta, expulsa da escola desde tenra idade, que faz da rua seu *habitat* e lugar privilegiado de reprodução cotidiana e imediata de sua existência. Trata-se da criança cuja existência social e pessoal é reduzida à condição de menoridade, passível, por conseguinte, da intervenção “saneadora” das instituições policiais de repressão e das instituições de assistência e de reparação social. Para um conhecimento da história do conceito, vide Correa (1982). Uma crítica da utilização do conceito na pesquisa em ciências sociais encontra-se em Alvim & Valladares (1989).

Neste texto, ocupo-me justamente de abordar trajetórias de crianças que passaram pela experiência precoce da punição. Trata-se de crianças duplamente punidas. Por um lado, pela adversidade das condições materiais de existência. Como tantas outras, carentes de alimentação, de habitação, de saúde, de escolarização e de lazer, enfim, destituídas dos direitos que deviam fazer de seu universo um mundo eminentemente infantil, um mundo onde realidade e o caráter lúdico da convivência com os outros se encontram entrelaçados em uma unidade indissociável<sup>2</sup>. Por outro lado, punidas pela criminalização de seu comportamento. Aquelas que se encontram nessa condição são empurradas para o mundo adulto na medida em que são responsabilizadas pela incidência crescente de crimes e de delitos de toda espécie, não obstante o discurso assistencialista dos códigos e das agências de amparo e proteção pretenda dissimular esse caráter. Criminalizadas, deixam a condição de crianças para se inscreverem na ordem social como “menor”. Abandonam sua condição de sujeito da história, para se transfigurarem em objeto da história dos outros, dos homens de

<sup>2</sup> O conceito de infância constitui uma construção cultural subjacente ao modo pelo qual diferentes sociedades organizam a reprodução de suas condições materiais e não-materiais de trabalho e de vida. Esse conceito configura campo privilegiado para o exame das relações entre natureza e cultura. Em algumas sociedades, a criança é valorizada e situada no centro das atenções do mundo adulto. Ela é, por assim dizer, o adulto em potencial. Em outras, esse caráter é matizado, ou mesmo negado, no que resulta um cuidado pouco atencioso às crianças, relegadas à sua “sorte natural”. Implicações significativas podem ser observadas na “temporalidade” conferida à infância. Em algumas sociedades, ela é caracterizada por longa duração, em outras, por um período diminuto, restrita aos primeiros anos da existência. Em qualquer dessas circunstâncias, esse período é demarcado por sua diferença com o mundo adulto. Nas sociedades modernas, a vida infantil aparece como contraposta à adulta, no sentido de que aquela é sede de um sincretismo entre simbolização e realidade. Nesse sentido, o devaneio e o lúdico fariam parte do modo de ser criança. Na sociedade brasileira, como em outras onde esse modo de ser é turvado pela necessidade de garantir a reprodução imediata da existência, não poucas crianças assumem responsabilidades adultas, embora permaneçam imersas na cultura infantil, situação que, antes de lhes ser reconhecida como direito, é vista como “desvio”, “patologia”, atributo de inferioridade. Para uma compreensão histórica do conceito de infância, ver Ariès (1981).

“bem”, da sociedade educada, das instituições de controle. É dessas crianças que este texto trata.

Cuido de observá-las, no entanto, de um modo particular. Através da memória daqueles que, encarcerados e cumprindo pena sentenciada pela justiça em algum estabelecimento penitenciário, foram algum dia criança. Através da memória, sondo o passado, a subjetividade da punição que se esvai no tempo. Busco recuperar a criança que se esconde no menor. Trazer à superfície aquilo que está inscrito na biografia, porém obscurecido pela experiência da criminalidade precoce: o fato de que, no seu funcionamento perverso, a sociedade brasileira produz os seus próprios fantasmas — a criança delinqüente — na suposição de que, assim fazendo, tematiza os verdadeiros problemas com que ela se defronta e finge resolver<sup>3</sup>.

#### A CRIANÇA POBRE, UM BREVE RETRATO SEM RETOQUES

Na sociedade brasileira, desde fins da década de 1960, o avanço do capitalismo espelha-se em não poucos indicadores. Manifesta-se no crescimento do PIB, sob a liderança do setor manufatureiro; no desempenho da indústria de transformação, em seus mais diferentes ramos e da produção de bens de capital, na importância adquirida pelas exportações como fonte privilegiada de indução ao crescimento econômico; nas substantivas mudanças operadas no perfil da população economicamente ativa sobretudo em sua distribuição na agricultura, na indústria e nos serviços; na progressiva ingerência do Estado no mercado, em particular no controle da força de trabalho urbana. Um processo de modernização, requerido como suporte para o aprofundamento e expansão da sociedade capitalista, avançou

<sup>3</sup> Este texto apóia-se em dados extraídos da pesquisa: Adorno, S. & Bordini, E. *Homens persistentes, instituições obstinadas* (A reincidência na Penitenciária do Estado de São Paulo). São Paulo, 1987 (mimeo). Parte desses dados foi publicada em Adorno, S. & Bordini, E. (1989). Outra parte, intitulada “A socialização na delinqüência”, encontra-se no prelo, a ser publicada pelos *Cadernos CERU*. Além desses dados, as informações disponíveis foram completadas com entrevistas realizadas, em junho de 1988, com outros dez sentenciados, que cumpriam pena na Penitenciária do Estado.

sobre as mais diferentes atividades, entre as quais a construção civil, as telecomunicações, as vias públicas, a iluminação, os transportes, para citar algumas. Não obstante, a intensidade com que essas mudanças se verificaram, o certo é que elas não distribuíram seus benefícios para o conjunto da população. O desenvolvimento capitalista caminhou par a par à ampliação das disparidades sociais. A população pobre, de baixa renda, habitante dos campos e das cidades, pagou o ônus do crescimento e do dinamismo econômico. Parcelas significativas das famílias brasileiras permaneceram abaixo do limite da pobreza absoluta, sem qualquer perspectiva futura de verem minimizados, em curto período de tempo, seus problemas mais imediatos: a fome, a falta e/ou a precariedade das habitações, o desemprego crônico. Como têm sugerido pesquisas e estudos recentes, o agravamento da desigualdade social pesou duramente sobre a população jovem, mais propriamente sobre as crianças na faixa de zero a nove anos.

A situação da infância no Brasil não é, sob qualquer hipótese, animadora. As políticas econômico-sociais implementadas nas últimas décadas muito pouco têm contribuído para amenizar a subnutrição, a mortalidade infantil, notadamente nas regiões mais pobres do país, a exploração do trabalho infantil, a baixa escolaridade. Ao contrário, os problemas acumulam-se em uma espiral crescente, inviabilizando soluções de curto e médio prazo e tornando inócuos os programas e diretrizes formulados e implementados. A situação de pauperização crescente, que induz um maior número de crianças e jovens em direção ao mercado de trabalho, paradoxalmente não melhora os baixos níveis de vida da população.

De fato, instaura-se uma espécie de “curto-circuito perverso” na medida em que pressões sociais, decorrentes da imperiosa necessidade de assegurar a sobrevivência de si e da família, se intensificam, maior é o contingente de crianças e jovens que ingressam no mercado de trabalho, em condições muito desfavoráveis. Essa situação diminui a probabilidade de obtenção de escolarização formal e de profissionalização, o que empurra esse contingente para as posições ocupacionais mais desfavoráveis, onde os níveis de remuneração são os mais baixos, e a intermitência e insegurança

acusam taxas elevadas. Parcelas desses jovens vêem-se coagidos, desde cedo, a abandonar o lar de origem, a escaparem precocemente da influência do grupo doméstico, a constituírem outras famílias em que se tornam provedores, trajetórias modelares que se materializam em uma socialização incompleta e inadequada para sua irrupção no mundo adulto. Nessa condição, a escolarização e a profissionalização ficam definitivamente bloqueadas, motivo por que, na idade adulta, essas crianças permanecem restritas à órbita das ocupações desqualificadas e dos baixos salários, fenômeno que se reproduz nas futuras gerações. Esse “curto-circuito” sugere a ilusão do trabalho infantil: a incorporação, cada vez maior e crescente, de crianças e jovens no mercado de trabalho somente para contribuir para a preservação dessa situação de pauperização, em lugar de amenizá-la ou superá-la.

Alguns dados permitem uma aproximação mais acurada com esse retrato sem retoques<sup>4</sup>. Desde 1920, os censos demográficos apontam um perfil de população jovem, em torno de mais de 50%, resultado dos altos níveis de fecundidade que vigoram, pelo menos até fins da década de 1960, quando esses níveis começam a declinar e indicam um ligeiro declínio da população abaixo de dezenove anos, fenômeno observado mais acentuadamente entre os anos de 1980 e 1985. A participação da população com menos de vinte anos no total populacional no Brasil era de 52,84% em 1960, acusou um ligeiro aumento em 1970 (53,02%), porém iniciou um processo de declínio nos anos de 1980 e 1985 (49,61% e 46,98%,

<sup>4</sup> É consenso entre os pesquisadores brasileiros a insuficiência e mesmo precariedade das estatísticas oficiais brasileiras, sobretudo quando se trata de mensurar a magnitude dos problemas sociais. As estatísticas a propósito da infância pobre na sociedade brasileira padecem de não poucos problemas que turvam sua fidedignidade. Tratam-se de problemas diretamente ligados à fonte primária, aos conceitos que orientam a coleta, registro e armazenamento de dados, à inadequação e impropriedade metodológicas, à impossibilidade de extrair resultados seguros da análise comparativa de séries históricas. Mesmo assim, com algum “saneamento” das fontes e com o reconhecimento das limitações, é possível alcançar alguns resultados e formular hipóteses, desde que, para tanto, o pesquisador não pretenda exigir particularidades e se contente em permanecer em generalidades. Vide Silva et alii (1988).

respectivamente)<sup>5</sup>. Essa participação é diferencial segundo as regiões. Tende a ser mais elevada nas regiões Norte e Nordeste e menor nas regiões Sul e Sudeste. Na região metropolitana de São Paulo, tem se mantido estável, desde 1960, em torno de 42% (Camargo et alii, 1988). Esses dados, por si só, indicam as tarefas que se impõem a uma sociedade com esse perfil etário, ampla oferta de equipamentos voltados para essa parcela populacional como creches, escolas, postos médicos, intervenções médico-sanitárias, programas nutricionais, espaço para lazer.

Dados a propósito da inserção infantil no mundo do trabalho possibilitam melhor caracterização social dessa parcela da população<sup>6</sup>. Segundo o Censo de 1970, trabalhavam 12,8% das crianças na faixa etária de dez a catorze anos, taxa que representa 1.512.873 crianças e jovens, ou seja 5,1% da PEA total. Na faixa de quinze a dezenove anos, 4.388.968 jovens estavam imersos no mercado de trabalho, número que traduz 42,5% de ocupados do total dessa faixa etária e 14,9% da PEA total. Dez anos mais tarde, os dados indicam um crescimento de 36,2% da força de trabalho na faixa de dez a catorze anos e de 50,1% do grupo etário de quinze a dezenove anos. Essa tendência prosseguiu na primeira metade da década de 1980, como o demonstram os dados das PNDAs. Na região metropolitana de São Paulo, pesquisa realizada revelou que havia, em 1986, cerca de 955.000 pessoas ocupadas na faixa de dez a dezenove anos, sendo 16,2% na faixa de dez a catorze anos, 43,6% no grupo etário de quinze a dezessete e 40,2% no grupo

<sup>5</sup> Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. *Censo Demográfico de São Paulo e do Brasil, 1960; 1970 e 1980*. Rio de Janeiro, 1977; 1973 e 1982. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio — PNDA 1985*. Rio de Janeiro, 1986. Vide: Silva et alii (1988) e Camargo et alii (1988).

<sup>6</sup> Nesse tópico, não são poucas as cautelas a serem tomadas dadas as dificuldades de comparabilidade dos censos de 1970 e 1980. Ademais, esses censos estão voltados para mensurar o trabalho adulto, oferecendo dificuldades para a caracterização da participação efetiva de crianças e jovens no mercado de trabalho. Em geral, não captam o trabalho de crianças com menos de dez anos, referem-se exclusivamente ao mercado de trabalho formal e não aludem ao trabalho não-remunerado, freqüente no campo e mesmo nas cidades. Vide Silva et alii (1988).

de dezoito e dezenove anos<sup>7</sup>. Os dados dessa mesma pesquisa confirmam as tendências observadas no Censo de 1980, ou seja, quanto menor as faixas de renda familiar *per capita* maior a participação na população economicamente ativa de crianças entre dez e catorze anos.

Quanto ao setor de atividade, a maior parte dessas crianças estava ocupada na agricultura, pecuária, extração, caça e pesca. Na faixa de quinze a dezenove anos, 60,7% dos trabalhadores, a maior parte do sexo masculino, permaneciam concentrados nessas atividades, embora fosse significativa a proporção daqueles ocupados em atividades industriais. Os dados do Censo de 1980 sugerem a transferência de contingentes dessa força de trabalho para setores urbanos da economia. Embora o trabalho de crianças e jovens se mantivesse prioritariamente absorvido pelas atividades do chamado setor primário, cresceu a proporção daqueles que se encontram alocados na indústria, sobretudo a de transformação (12,5% no grupo etário 10-14 anos e 28,3%, no grupo de 15-19 anos), bem como daqueles ocupados no comércio de mercadorias e prestação de serviços (Silva et alii, 1988).

No tocante às condições de trabalho, as informações são bastante surpreendentes. Em 1970, cerca de 56% dos trabalhadores na faixa de dez a catorze anos não eram remunerados, circunstância possivelmente associada ao grande contingente concentrado no campo. O Censo de 1980 aponta alterações nesse quadro. Aumenta a proporção de crianças e jovens com vínculos empregatícios, sobretudo entre aqueles do sexo masculino (37,8% e 63,5%, respectivamente nos grupos etários de 10-14 anos e 15-19 anos); no entanto, mantêm-se significativas as taxas relativas àqueles trabalhadores não-remunerados (40,6% no primeiro grupo etário e 15,2% no segundo). Acrescente-se a esse quadro que apenas uma pequena parcela desses trabalhadores possui carteira assinada, ao contrário do que determina a legislação. Entre 1979 e 1985, dados das PNADs revelam que aumenta em 62,7% os trabalhadores não-

<sup>7</sup> Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego — PED, convênio Fundação SEALT/DIEESE, 1986. Vide Chaia (1988).

registrados, enquanto decai em 31,7% os que obtiveram registro. Essa situação tendeu a se agravar ainda mais caso se considere a transferência de trabalhadores adultos para o setor informal da economia, resultado da recessão econômica que se abateu sobre a sociedade na primeira metade da década de 1980, processo que certamente reduziu esse espaço de sobrevivência para crianças e jovens (cf. Sader, 1989: 175)<sup>8</sup>.

Esses dados, ainda que impressionistas, sugerem algumas tendências e características da infância pobre no Brasil. Indicam o destino inevitável de muitos nascituros brasileiros, sua inserção precoce no mundo do trabalho e do trabalhador em condições brutais de exploração e de vida, que se espelham em outros indicadores, como os de mortalidade, de nutrição, de atenção médica, de escolarização<sup>9</sup>. Trata-se de uma forma de inserção perversa porque condiciona crianças e jovens a se defrontarem com o trabalhador adulto em condições de desigualdade. Se, por um lado, não se encontram em condições de oferecer idêntica energia à do trabalhador adulto, o que os coloca em situação de desvantagem, por outro, fragilizados e indefesos suportam com maior dureza as condições adversas de trabalho que marcam a condição de vida trabalhadora dos campos e das cidades. A pobreza deita com maior rigor seus efeitos sobre a parcela jovem da população pobre. Mais do que isso, o trabalho adulto, que deveria ser fonte de proteção,

<sup>8</sup> Esse quadro somente poderia ser mais bem precisado caso se pudesse conhecer a magnitude de crianças e jovens alocados no setor informal da economia. No entanto, pouco se sabe a respeito. Pesquisas qualitativas revelam sua importância nas estratégias de sobrevivência e na socialização infantil. Vide Ferreira (1979) e Machado Neto (1979).

<sup>9</sup> Dado os propósitos deste texto, limito-me ao mundo do trabalho. Não se trata de reduzir a riqueza do modo de ser a esse aspecto da existência. Elejo o mundo do trabalho como um espaço privilegiado da existência infantil que concorre decisivamente para a socialização incompleta, na base da qual, suponho, se encontra alguns dos mecanismos psicossociais acionados pelas crianças que optam pela construção de uma carreira delinqüencial. Ao mundo do trabalho, haveria que se agregar os indicadores de mortalidade (Simões & Ortiz, 1988; Camargo et alii, 1988), os de nutrição (Batista Filho, 1988; Koifman, 1988), e os de escolarização (Amaral Sobrinho, 1988; Chaia, 1988).

transfigura-se em fonte de opressão. De fato, os dados sugerem a configuração de uma ordem pelo avesso. O trabalho infantil aparece como subsídio importante ao trabalho familiar. A família que, na sua origem, pensa-se como fonte de solidariedade, de proteção e de socialização primária das crianças se subverte para justamente apoiar-se no universo infantil. É como se a família fosse socializada pelas crianças e não o seu contrário<sup>10</sup>.

É nesse sentido que se pode falar em socialização incompleta, cujo efeito é desequilibrar o curso regular da formação do caráter e da identidade infantil. A inserção precoce da criança no mercado de trabalho concorre para ampliar e exacerbar potencialidades e capacidades cuja maturidade se espera da vida adulta e, em contrapartida, para reprimir energias próprias à fase infantil da existência. Trabalhadora, deve aprender a dura disciplina do trabalho e relegar ao esquecimento o caráter lúdico do modo de ser infantil. Embora convocada a assumir responsabilidades adultas, permanece atada ao mundo infantil. Isto é, mantém-se infantilizada no mundo adulto. Não poucas crianças socializadas na "rua", inquiridas em pesquisas, deixam entrever esse fenômeno. Revelam uma compreensão adulta do mundo, na medida em que inserem o trabalho como componente estruturador da existência de si e dos outros. Ao mesmo tempo, revelam dificuldades de abstração, de compreensão desse mesmo mundo por outras mediações que não sejam a da relação *tête-à-tête*, da busca imediata de soluções para problemas cotidianos, do enfrentamento dos outros por outra linguagem que não seja a da violência como um modo de ser (Ferreira, 1989; Misse et alii, 1973; Arruda, 1983; Queiroz, 1984). Compreendem o mundo como eminentemente feito de pessoas e não de cidadãos (Da Matta, 1982).

<sup>10</sup> Evidentemente, trata-se aqui de um recurso metafórico, porquanto a socialização das crianças é produto de sua interação com os "outros" e com seus pares, em uma relação dinâmica e dialética de mútuas influências entre diferentes mundos. Ao mesmo tempo em que recebem influências externas, influenciam o mundo externo se colocando diante dos outros e firmando sua presença no espaço de realização social. Vide Berger & Luckmann (1972).

Por suposto, nem todas as crianças condicionadas ao mundo do trabalho disciplinado ou do trabalho no setor informal da economia reagem do mesmo modo a essa socialização incompleta. Muitas resignam-se diante do seu destino. Aceitam as regras do mundo adulto e perseguem sua trajetória de trabalhadores obedientes. Outras manifestam comportamento arredo, indisciplinado, incompatível com a lógica de funcionamento das instituições encarregadas de introduzir corretivos e ajustes às desigualdades sociais<sup>11</sup>. Entre essas, encontram-se aquelas que optam por construir uma carreira na delinqüência. Certamente, não há uma correlação mecânica e imediata entre pobreza e delinqüência. Sabe-se que a maior parte das crianças pobres, coagidas a assegurarem a existência de si e de seus pares no mercado de trabalho, não envereda por esses caminhos. Apenas uma pequena parcela o faz, em circunstâncias tão fortuitas, como fortuitas são as fronteiras que diferenciam a ordem pública das ilegalidades. Diferentemente de seus iguais, essas crianças encontram diante de si uma multiplicidade de contatos, de pessoas e agências que abrem para elas a oportunidade de se converterem em "menor", de inscreverem sua história ao lado da história das agências de controle da ordem pública. Sob essa óptica, cruzam-se duas histórias: de um lado, a história biográfica de crianças e jovens que optam pela construção de uma identidade e carreira delinqüentes; de outro, a história das punições, vale dizer a história das agências policiais, dos tribunais de justiça e das instituições de "bem-estar do menor". O problema do "menor", na sociedade brasileira, é tanto resultado do funcionamento dessas instituições, do modo pelo qual o poder público operacionaliza suas funções repressivas e de reparação social, como do modo pelo qual se estabelecem

<sup>11</sup> Refiro-me sobretudo ao aparelho escolar. A evasão escolar não tem apenas a ver com a inserção precoce das crianças no mercado de trabalho, mas também com o fato de que a escola brasileira expulsa seus tutelados, através de sutis porém poderosos mecanismos. Sua estrutura é incompatível com o universo cultural de crianças insubmissas. Ela transforma o espaço escolar em espaço sóbrio, destituído de emoções e de atrações lúdicas, espaço desinteressante e desmotivador.

as relações e os vínculos de dependência entre esse segmento da população jovem e aquelas instâncias políticas.

#### A SOCIALIZAÇÃO NA DELINQUÊNCIA

Segundo Alba Zaluar, “toda identidade social constrói-se opondo-se a outras num caleidoscópio de identificação que fica longe da idéia de identidade como algo igual a si mesmo, uno, completo, definitivo” (Zaluar, 1985: 87). Se é possível admitir que a identidade do delinqüente se constrói por oposição à do trabalhador (Foucault, 1979: 133-4), a identidade das crianças e jovens que enveredam pela delinqüência se edifica no interior de uma densa rede de relações sociais, que perpassa atores procedentes dos mais distintos espaços e sobre a qual incidem representações acerca de suas origens pessoais, da infância, da família e da adolescência, do trabalho, da vida, da violência, da carreira delinqüente, do contato com as agências de controle da ordem pública. Trata-se de uma identidade “virtualmente deteriorada” (Goffman, 1975) que luta por se manter no terreno da natureza comum à humanidade e simultaneamente reconhecer sua natureza diferente. Na impossibilidade de situar com clareza e segurança os mecanismos que empurram determinadas crianças e jovens muito além das fronteiras do que se reconhece como “sociedade normal”, seria melhor falar em “derivações”, vale dizer “processos de desterritorialização dos sujeitos que saem de identidades personalógicas familiares, institucionais, etc., rígidas, para entrar em ‘linhas de fuga’ da ordem social” (Perlongher, 1987: 173). As trajetórias de vida das crianças que se converteram em delinqüentes prestam-se a ilustrar esses processos de desterritorialização<sup>12</sup>.

Não há uma trajetória biográfica típica que derive para a delinqüência, ao contrário do que apregoam certas tendências na literatura, inspiradas em teses criminológicas discutíveis, que elegem a desorganização familiar, a pobreza, a baixa escolaridade, a

<sup>12</sup> Para evitar possíveis identificações e resguardar a intimidade daqueles que aceitaram colaborar na investigação, optou-se por adotar nomes fictícios.

falta de profissionalização, a intermitência no trabalho como estímulos à construção de uma carreira no crime. De fato, a derivação para a delinqüência pode estar associada a tais situações, estar associada a algumas delas combinadas entre si, ou a nenhuma delas. Há, em verdade, uma miríade de “derivações” que não se traduzem necessariamente em abandono radical de todas as relações que constituem a ordem social dominante.

As trajetórias biográficas observadas sugerem o funcionamento de um duplo mecanismo, que opera simultaneamente ora em confronto entre si, ora em adequação: “desterritorialização” e “reterritorialização”. De um lado, abandono progressivo de espaços institucionais da ordem moral e familiar dominante, de outro, inscrição dos sujeitos em microterritórios, solo no qual constroem o essencial de suas existências (Perlongher, 1987). Esse abandono realiza-se em etapas, à base de ensaios pessoais de êxitos e fracassos, cujas saídas se manifestam inicialmente pelo afastamento da constelação familiar, pela fuga e evasão da escola, pela intermitência da atividade ocupacional, pela alternância entre trabalho e delinqüência. Trata-se de um duplo mecanismo que pode assumir diferentes formas e implicar diversas derivações para a delinqüência. Não significa, de imediato e de modo inexorável, a ruptura de todos os liames com o universo “normal” e a inserção em linhas de sociabilidade completamente autônomas. Pode significar, no entanto, o operar de uma socialização incompleta que exacerba determinadas potencialidades e determinados traços do comportamento, reprimindo outros. Disso resulta que, mais importante do que ficar inquerindo a propósito da causalidade da delinqüência infantil — ela teria afinal uma causa ou elenco de causas? —, impõe-se aventar hipóteses a propósito dos mecanismos de “desterritorialização” e de “reterritorialização”, do acesso ao microterritório da delinqüência.

A “desorganização familiar” é tema que ronda a existência dos biografados, seja pela sua afirmada presença, seja pela sua peremptória negação. No caso de Narciso, expressa-se a situação-limite da mãe que o assume como “desterrado”, entregando-o às instituições de custódia e de reparação social. No caso de Artur, expressa-se outra situação-limite na qual não há “desterro” porém progressivo

desgaste dos laços parentais e afetivos. Há outros casos em que a relação familiar é harmoniosa e de proteção, com pai trabalhador e provedor do lar, austero e íntegro, mãe virtuosa, ciosa de suas atribuições domésticas, religiosa e zelosa da educação dos filhos, imagens que povoam a representação de Hercílio quando cuida de falar de sua experiência familiar. Em alguns casos, a “desorganização familiar” está associada à pobreza e à miséria, à impossibilidade de os pais assegurarem a sobrevivência econômica da família. É particularmente o caso de Roberval. Em outros, decorre de novos arranjos nos laços conjugais que acabam provocando a dispersão da família originalmente constituída, manifesta sobretudo pela não-aceitação do padrasto. Pode acontecer, como de fato revelam as biografias relatadas, que ambos os fenômenos — pobreza e novas uniões conjugais — apareçam articulados e combinados entre si, pressionando ou não a derivação para a delinquência.

Alba Zaluar (1985) adverte que a propalada tese da “desorganização familiar” tem que ser examinada com cautela, sobretudo se por isso se compreende a inexistência ou os baixos percentuais de famílias nucleares constituídas. Como demonstrou em sua pesquisa, no caso dos focos de criminalidade urbana no Rio de Janeiro, essa tese não se confirma, pois a maior parte das famílias eram completas, resultado a que também havia chegado o estudo *O Adolescente, a Criança e a Cidade*, realizado em 1972, pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Zaluar acrescenta ainda que, mesmo nas famílias incompletas, havia sempre uma figura, irmão da mãe ou filho mais velho, que representava a figura masculina. Do mesmo modo, se por “desorganização familiar” se compreender a impossibilidade de se reproduzir o padrão cultural que promove divisão de responsabilidades paternas e maternas, aqui também a tese que a associa à violência criminal não se confirma, sobretudo, porque “o que se nota, como padrão geral, é uma diminuição da importância da figura masculina em favor da expansão do papel feminino. Longe de ser uma característica apenas do proletariado urbano brasileiro, a chamada família matrifocal é, sem dúvida, uma realidade na organização social dos trabalhadores pobres” (Zaluar, 1985: 98).

No entanto, na fala das autoridades encarregadas de exercer controle social, a delinquência é diretamente referida à “desorganização familiar”, a um quadro de carências em que os pais são responsabilizados pelo abandono do lar e dos filhos, que se tornam clientes potenciais da FEBEM e, posteriormente, da Detenção e da Penitenciária. Nessa interpretação, esse quadro de carências repousa nas características da própria clientela, constituída de pessoas portadoras de uma natureza diversa da humana: indivíduos de “baixo nível” econômico, social e cultural, geralmente migrantes nordestinos, com graves deformações de caráter, principalmente nos aspectos relacionados à formação moral. Como se trata de uma matéria “deteriorada”, pouco há que se fazer no sentido de recuperar crianças e jovens que enveredaram pela delinquência. O que escapa a essas autoridades é a presença da família, em suas variadas formas de associação, às voltas das crianças e dos jovens. O processo de “des-territorialização” não implica necessariamente a inexistência desses agrupamentos ou sua dissolução como condição prévia para que os indivíduos optem por uma carreira delinqüente.

Seguramente, o afastamento progressivo do espaço privado da casa e assunção do espaço público da rua como *habitat* de existência, a par das entradas e saídas nas agências de recolhimento e custódia de “menores”, podem contribuir para que os laços se tornem esporádicos e mesmo se desgarcem. Mas também podem paradoxalmente contribuir para reafirmação dos laços existentes ou constituídos. Entre os biografados revelaram-se situações distintas, ou os laços eram reforçados nos momentos de tensão, durante os encarceramentos e durante perseguições de grupos, ou, envergonhados e constrangidos diante dos familiares, optavam por trilhar caminho próprio, afastando-se da constelação familiar, ou, ainda, em situação de absoluto confronto com pais e parentes, movidos por ressentimentos, escapavam definitivamente dessa vigilância institucional. Ressentidos ou não, é justamente quando se referem à família que reafirmam sua natureza humana, como homens “normais”: filho de “mãe prestativa, ordeira e limpa”, nas palavras de Artur, portador de “grandes sentimentos ligados ao apoio espiritual da companheira”, na fala de Jurandir, ou saudoso de mãe que compartilhava horas de conversa,

que o consultava sobre tudo, que era fonte de proteção afetiva, na memória de Carlos.

O processo de “desterritorialização” também comporta outros marcos, encadeados em uma sucessão de ações que habilita o acesso de crianças e adolescentes em microterritórios plenos de aventuras e de emoções fortes. Essa reinscrição em linhas de fuga e de solidariedade paralelas é alcançada pela evasão escolar, pela experiência do trabalho, através do espaço público da rua.

Na memória dos biografados, a evasão escolar apresenta-se como possibilidade segura, seja diante da contingência econômica, seja devido ao caráter monótono e nada estimulante da aprendizagem oferecida. Artur alega ter o segundo grau completo, embora afirme que “o estudo não me puxou por aí... o colégio nunca me interessou realmente, talvez pela condição técnica; eles falam tanta coisa que não tem nada a ver. [...] Se eu fosse na biblioteca e requisitasse um livro, pra mim era mais proveitoso do que ficar assistindo determinadas aulas”. Trata-se de uma opinião compartilhada pelos demais. Alguns param de estudar efetivamente movidos por pressões econômicas. Desde os sete ou oito anos têm de trabalhar, auxiliar no sustento da família. No entanto, mesmo entre esses, não há firmes convicções a propósito da utilidade da escola. Esta é vista de forma negativa pela imposição de um aprendizado estranho ao seu universo cultural, pelo seqüestro do tempo que seria dedicado ao lúdico, às brincadeiras e aos folguedos, pela vigilância atroz que exacerba sentimentos de rebeldia e de desobediência às suas normas. Em quase todos os biografados, “cabular aula” adquire o sentido da aquisição de liberdade, de um tempo que é gerido pela própria vontade, pelo prazer que corre solto na companhia de pares cujas normas de convivência são pactuadas fora do mundo adulto no livre jogo de influências de uns sobre outros. A memória da escola é, na verdade, a memória de sua ausência, daquilo que se passava fora de seu muro durante as fugas e cábulas às aulas. É a memória das travessuras infantis, das peladas nos campos abertos, da natação nos riachos e lagos, do trépar nos pomares para furtar frutos.

No limite, é também a memória de uma violência incontida que somente pode resultar em respostas violentas, em um aprendizado

que a escola pretende justamente negar e conter. Carlos relata fato surpreendente. Diz-se sujeito pacato, obediente às normas, proveniente de uma família unida, em que uns se davam bem com outros e que a única reticência era a inclinação do pai, homem trabalhador e honrado, ao alcoolismo. Na escola suportava, com resignação, a violência de sua professora, “uma baianinha”, que agredia os alunos com régua e se comunicava com eles através de palavras ásperas e “grossas”. Certa vez, não suportando mais essas humilhações e ameaçado de agressão, investiu contra a professora, furando-lhe a mão com um lápis, o que lhe produziu ferimento e sangramento. Enfurecida, a professora gritava “capa esse monstro”, “se o ferimento infeccionar eu lhe mato”. O contencioso foi resolvido na diretoria, com o reconhecimento de suas razões e a proteção da diretora para que completasse o ano e tirasse o diploma, o que de fato ocorreu. Nesse universo, a baixa escolaridade e a evasão escolar, antes de serem características peculiares de jovens e crianças que trilham a delinquência, é o produto do funcionamento do aparelho escolar. Lembre-se, no entanto, que essas características também demarcam a existência e o perfil das outras crianças e jovens que permanecem alheias à escola e no entanto não adentram o microterritório da delinquência.

Um segundo momento da “deriva” associa-se ao mundo do trabalho. Aqui também as trajetórias não são modelares. Há quem iniciou atividade ocupacional aos sete ou oito anos, outros, aos quatorze ou quinze. Alguns premidos pela pobreza, pela família numerosa, pela necessidade de assegurar a reprodução cotidiana da existência de si, de seus irmãos e pais. Outros, impelidos ao trabalho como alternativa de ocupação “útil” do tempo livre e de aprendizado da disciplina social, lenitivo ao abandono escolar. Há biografados que circulam por diferentes ocupações, no comércio de mercadorias e de serviços, nos setores informais da economia. A intermitência ocupacional parece-lhes traço distintivo. Há outros, no entanto, que trilham o caminho do trabalho assalariado fabril, com carteira assinada e que demanda um mínimo de aprendizado ocupacional. Para alguns, a autoridade no trabalho lhes parece providencial. Respeitam-na como se fosse a única autoridade legítima. Reconhecem no

universo do trabalho o lugar onde a ordem é possível. Acreditam suas rotinas, as longas jornadas de trabalho, o despotismo de suas regras e convenções. Outros rebelam-se freqüentemente, discutem com patrões e colegas, preferem a atividade “autônoma” dos biscates, o trabalho nas feiras, a lavagem e a guarda de carros, a venda de produtos nos semáforos. Alguns biografados alternam trabalho e delinqüência, outros concretizam simultaneamente essas atividades como possibilidades virtuais de manutenção de duas identidades — a do trabalhador e a do bandido —; para alguns, porém, a opção pela delinqüência significa um caminho sem volta, com o abandono progressivo e definitivo do mundo do trabalho.

Todas as trajetórias observadas indicam que essas alternativas se mesclam e se combinam entre si, compondo um mosaico de derivas que passa pelo mundo do trabalho, mas que não é redutível a ele e nem se explica como resultado da inserção precoce de crianças e jovens em atividades ocupacionais. Tudo leva a crer, contudo, que o mundo do trabalho é ponto de referência para a inscrição no microterritório da delinqüência, seja porque aquele mundo divide as fronteiras do permitido e das ilegalidades, seja porque a delinqüência representa sua resoluta negação — negação da rotina, da disciplina e da perda de autonomia, de domínio do tempo livre e de controle das condições de existência. Não resulta estranho que essas crianças e jovens vejam as relações sociais nas quais se encontram imersas como relações dicotomizadas entre “eles” (isto é, os outros, os trabalhadores e os proprietários) e “nós” (os delinqüentes). A socialização na delinqüência significa a concentração da energia produtiva em sentido oposto ao pretendido pela ordem<sup>13</sup>, reprimindo certas potencialidades e liberando outras. Mas pode significar também a

<sup>13</sup> Pesquisas que estudam a inserção de jovens e crianças delinqüentes em instituições de custódia e de reparação social sugerem a falência das políticas de profissionalização. Ao que tudo indica, essas crianças e jovens manifestam uma espécie de estranhamento à linguagem do trabalho que se pretende lhes impor na suposição de que, profissionalizados, engrossarão as fileiras dos trabalhadores assalariados, constituindo-se em sujeitos de sua própria história. vide Guirado (1980, 1986) e Violante (1983).

transferência para o mundo da rua, da mesma rigidez disciplinar e normativa do mundo do trabalho.

A rua representa um verdadeiro rito de passagem para as fronteiras de lá, passagem fortuita e ocasional, movida por circunstâncias imprevisíveis, como molecagem, confronto com quadrilhas e bandos, envolvimento involuntário com adultos inescrupulosos, brigas por causa de posse de objetos ou de companheiros(as), prisão policial injusta (Zaluar, 1985: 153). A rua representa para não poucas crianças e jovens um espaço público de realização da existência pessoal a que os outros espaços privados e públicos — família, escola e trabalho — estão impedidos de oferecer: a emancipação precoce. De fato, na rua crianças e jovens encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer coações que não sejam os obstáculos com que se defrontam no aqui e agora. Na memória dos biografados, a rua é lugar de recordações infantis felizes. Lugar de muitas aventuras e desafios incontáveis, de submissão tão-somente às regras de si próprio, onde as energias correm soltas. A rua proporciona o aprendizado de outros códigos instrumentais, como o do tempo fugaz (“A gente nunca, desses negócios — referindo-se ao furto e tráfico de drogas —, nunca sabe o que acontece, porque sempre... o dinheiro vem e ele vai, assim rapidinho”, no depoimento de Jurandir). Ou o código da ausência de lugar próprio, como ilustra o depoimento de outro biografado: “pra mim tanto faz(ia) está preso, como na rua, eu num... tinha responsabilidade”. Ou, ainda, o código da permanente negociação da existência, que compreende compromissos firmados com quadrilhas, com delinqüentes adultos e com a polícia, traço mais ou menos saliente em diferentes trajetórias biográficas.

Na trajetória biográfica de Pedro é possível ver-se delinear uma deriva para a delinqüência que resulta de um aprendizado metódico desses códigos, o que se expressa na sucessão de pequenos furtos nas feiras e em armazéns, na seqüência de entradas e saídas no juizado de menores, na companhia de outras crianças que lhe proporcionam oportunidade para testar o conhecimento adquirido, ou como ele mesmo diz, referindo-se à prática de arrombar carros: “comecei a abrir carros com quinze anos. Abri a primeira vez, a

segunda vez, como se diz, como se fosse uma demonstração para os outros... é assim que se abre. Depois já começamos a roubar para passear mesmo. (...) Isso já quando eu acabei me envolvendo com furto de automóvel, aí acabei me envolvendo com prostituta, aí foi a desgraça de minha vida, porque no meio dessas prostitutas tinha investigador, porque a maioria delas é amiga com investigador. Foi aí que começou... eu sei que dos 17 anos para cá, só me desgraçaram minha vida...”.

Mas a deriva para a delinquência pode também resultar de fortes pressões sociais, em que o aprendizado dos códigos se faz de modo abrupto, como forma de defesa contra a opressão do mundo circundante, é particularmente a trajetória biográfica de Carlos, que combina vontade de resistir com a impossibilidade de fazê-lo. Carlos conta que nasceu no interior de São Paulo e veio com a família — pai operário, mãe empregada doméstica e irmãos — morar em um bairro de classe média baixa, em uma moradia que lhe afigurava confortável. Posteriormente, tiveram de abandonar esse imóvel alugado e foram morar na “Cacheirinha, uma boca quente, tinha muito marginal, muito ladrão”, num porãozinho. Nessa época, era trabalhador, comprava roupas, andava engomado, ia aos bailes nos fins de semana. Mas a moçada do bairro não o aceitava, “uns achavam que podiam me tomar a camisa, me podiam tomar um sapato ou um tênis, na época, ou me tomar uma calça, sei lá. Então começou a ficar difícil para mim... meu espaço ficou pequeno”. Carlos relata ter sido perseguido, cercado, ameaçado à faca, além de ter de “pagar pedágio” para circular pelo bairro, o que o revoltava. Foi então que enveredou pela delinquência. “A partir daí arrumei uma pessoa no meio desses caras que parou na minha. Um cara que era ladrão também. Falou, ‘pô esses caras ficam de ameaça com você’, me pegou assim como tutor mais velho. Falou, ‘que nada, você vai pegar uma mercadoria minha, vai vender aí e vai ver que ninguém vai se meter com você’. E nessa eu fiquei vendendo maconha para esse cara. Aí eles começaram a me enxergar com outros olhos. Já tô no crime”. Daí para frente, comprou uma arma, “queria arrumar alguém para dar uns tiros”. E o fez, “enchendo um

cara de bala”, o que o levou pela primeira vez ao RPM (Recolhimento Provisório de Menores), quando tinha dezesseis anos.

Nesse aprendizado, não faltam relatos heróicos de aventuras, de ofensas à ordem pública, de crimes. Descrevem com tamanho engenho tais acontecimentos, que não há como distinguir fantasia de realidade. Os pormenores, lugares, datas, fatos, estratégias utilizadas para burlar controles e a vigilância policial, riscos enfrentados, etc. — tudo concorre para que se revelem “embriagados pelo sucesso”. Não falta também um certo caráter hilariante no relato das “derivações” para a delinquência, como o depoimento de Pedro, que aprendeu a furtar automóveis, ensinado paradoxalmente por um delegado de polícia<sup>14</sup>. O entusiasmo dessas narrativas e a necessidade de atribuir toque de aventura ao exercício da delinquência tende a ser muito frustrante para o elevadíssimo empenho que ele requer. O que os leva à busca de alguma forma de emulação emocional que justifique o risco que se corre. Essa emulação emocional encontra na violência e na agressão a sua linguagem, momento privilegiado no processo de socialização incompleta que exacerba os componentes agressivos do comportamento em sentido automutilador da existência pessoal.

Nesse momento privilegiado de “reterritorialização”, o contato com as agências de controle e de repressão ao crime configura a definitiva porta de entrada na delinquência. Os contatos iniciais, esporádicos, vão aos poucos se tornando sistemáticos, não resultam senão de um adestramento onde crianças e jovens delinquentes afirmam sua capacidade de resistir ao medo e à violência, adestramento que os torna tão adaptados a um cotidiano de horrores e de humilhações, ao qual não suportariam cidadãos comuns. Nas trajetórias dos biografados, destaca-se uma atitude freqüente: a de se mostrar

<sup>14</sup> Pedro relata que trabalhava em uma oficina mecânica. Certo dia, seu irmão, de onze anos, entrou em um dos veículos estacionados na oficina, um Dauphine, e começou a buzinar. Pedro intimou o irmão a sair do veículo. Ao sair, seu irmão trancou a porta com a chave dentro. Nesse momento, passava pela oficina um antigo cliente, delegado de polícia, que procedeu à abertura da porta e ensinou-lhe como “arrombar veículos”. Quando terminou o expediente, Pedro se reuniu com amigos da rua e contou-lhes o sucedido. No início, apenas abriam a porta por brincadeira. No passo seguinte, arrombavam portas, furtavam os veículos para passear.

mais forte do que a punição sofrida. Daí o paradoxo do entrecruzamento entre a biografia dessas crianças e desses jovens e a história das agências de controle: estas, em lugar de conter o comportamento violento, acabam por reproduzi-lo. Quanto mais reprimem esses comportamentos, mais tendem a propiciar o desenvolvimento de resistências, o que, a sua vez, significa aprofundar a territorialização na delinquência, tornando certos jovens e crianças uma população conhecida das investidas policiais.

Esse processo de adestramento consolida-se na medida em que se estabelecem vínculos entre esses segmentos da população e as agências de repressão ao crime e de reparação social. Em alguns casos, esses vínculos são iniciados nas agências de tutela e de “bem-estar” ao menor, como juizados e recolhimentos provisórios, o que faz com que não poucos sujeitos, potenciais candidatos à delinquência, construam desde já uma longa história pessoal de encarceramento, que lhes cobre o essencial de sua existência. Tratam-se de vidas suportadas quase exclusivamente no interior desses espaços institucionais, nos quais o sentido de liberdade está permanentemente em suspenso. Em contrapartida, vidas vigiadas, invadidas no que há de mais privado — o corpo, o desejo —, seqüestradas de qualquer possibilidade de vida autônoma. À proporção que esses vínculos se tornam freqüentes e sistemáticos, se torna mais difícil rompê-los e abandonar o microterritório das delinquência. É nesse contexto que se tece a identidade dessas crianças e jovens. Transfiguram-se em jovens e crianças “menorizados”.

Os contatos com as agências de contenção e controle ocorrem como resultado da rotina policial. Como se sabe, essa rotina requer a fixação de uma poderosa e eficaz rede de informantes em sua tarefa de adequar a prática de delitos à imputação de responsabilidade criminal (Paixão, 1982; Freitas, 1984; Lima, 1989). Essa rotina opera como se fosse uma “malha” que lançada sobre o tecido social alcança uma parcela da massa de delitos praticada, enquanto deixa fora da intervenção repressiva o restante, que engrossa as estatísticas conhecidas como “cifras negras”. A rotina de inspeção policial não é isenta de funcionamento viesado, incidindo prioritariamente sobre os espaços de habitação e de circulação dos mais pobres e privile-

giando negros e aqueles que, por seu modo de trajar e de se expressar, aparecem como pertencentes às “classes perigosas” (Chevalier, 1978; Guimarães, 1982). Assim, o operar da sociedade — que empurra muitos para suas fronteiras “out” — encontra-se com o funcionamento dos aparelhos repressivos, que acolhem parte dos expulsos para as fronteiras “in” dos espaços institucionais de controle da ordem pública. Aquilo que se iniciara de modo fortuito acaba se convertendo em vocação potencial para uma carreira delinqüente. A reterritorialização propicia a edificação de uma nova identidade, um modo particular de se reconhecer a si próprio e aos outros, que combina de forma ambivalente elementos do território anterior com elementos novos, tanto extraídos da tradição da cultura delinqüente — em uma palavra, da malandragem — quanto extraídos dos novos padrões de conduta que se vão instituindo na medida em que o crime organizado predomina no horizonte dos ilícitos penais (Zaluar, 1987; Sader, 1989).

O contato com as agências de controle da ordem pública resulta, não raro, em constrangimentos e intimidações de várias ordens, que compreendem a corrupção, maus-tratos, tortura, a fraude de testemunhas e de provas, a imputação injusta de delitos, o uso de outras crianças e de adultos delinqüentes como forma de intimidação. Entre os biografados, fez-se menção à traição de colegas e comparsas, à delação por parte de prostitutas, ao jogo e às negociações conseguidas à base de chantagens. Nos contatos com as agências policiais, as crianças e jovens aprendem precocemente as duras regras do mundo do crime, aprendizado que requer uma habilidade especial para enfrentar a imposição arbitrária da ordem, mediante a aceitação de certas normas de ouro do organismo policial, seja burlando a inspeção e a vigilância, seja conhecendo o “modus operandi” das agências de contenção ao crime, ou recorrendo a corrupção e à delação como campo possível de intercâmbios. Artur relata que toda a vez que necessitava “seguro” contra inimigos ou desafetos se prostrava às onze horas da manhã, em uma esquina da “boca do lixo”, à espera da viatura policial para prendê-lo.

Ainda que descontados certos exageros que os depoimentos e relatos, embasados na memória de fatos e acontecimentos, possuem

conter, certo ou não, o encontro entre ambas histórias — a das crianças e das agências de controle da ordem — constitui marco demarcatório na construção de carreiras e na assunção de identidades delinquentes. Momento de reterritorialização, ele significa o momento em que se demarcam definitivamente as fronteiras da legalidade e da ilegalidade, não necessariamente aquelas inscritas nos códigos, porém, aquelas que selam as distinções entre “nós” e “eles”, distinções que se afiguram impermutáveis. Os contatos freqüentes com os organismos policiais e seus agentes traduzem-se no reconhecimento da violência criminal enquanto estilo de vida, modo de ser que distingue seus portadores frente a outros grupos, como admiravelmente o expressa Roberval, um dos biografados: “sofri pouca coisa no DEIC. Pouca coisa porque o investigador que foi lá [buscá-lo], na equipe dele já me conhecia e sabia que eu não era assaltante. Porque essa equipe é equipe de assalto. Esses investigadores já me conhecia anteriormente e sabia que meu negócio não era assalto. Meu negócio era mais furto”.

Esse quadro completa-se com as passagens contínuas pelas agências de proteção e amparo ao “menor”. Essas passagens fazem com que as crianças e jovens estabeleçam vínculos afetivos com essas instituições, vínculos que incapacitam algumas delas para contatos não-conflitivos com outros espaços institucionais. Crianças e jovens que deixam de ser fim das instituições de amparo e proteção para tornarem-se objeto de reprodução institucional. É o Código de Menores<sup>15</sup> que caracteriza as crianças e jovens passíveis

<sup>15</sup> Lei nº 6.697, de 10/10/79. Esse código estipula que as medidas de amparo e proteção destinam-se aos menores de dezoito anos, em “situação irregular”, por isso compreendendo-se crianças e jovens privados de condições mínimas de sobrevivência, vítimas de castigos ou maus-tratos perpetrados por seus pais, privados de representação ou assistência legal. Constituem medidas “saneadoras” de assistência e proteção: advertência; entrega aos pais, responsáveis, ou a pessoas idôneas; colocação em lar substituto; imposição de regime de liberdade assistida ou em casa de semiliberdade; ou internação em instituição educacional, como pretendem ser as FEBEMs (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor). Na prática, afirma Emir Sader, tal perspectiva, subjacente ao código, implica reconhecer que a maior parte da população de crianças e jovens brasileiros se encontram em “situação irregular”. Vide Emir Sader (1989).

de assistência e apoio e determina medidas “saneadoras”. Entre essas medidas, figura a internação em estabelecimentos de custódia e de reparação social, norteados por princípios pedagógicos voltados para a reconversão do delinquentes em cidadão respeitador da ordem pública. O cenário institucional dessas agências deixa transparecer as razões pelas quais elas se transvestem, tais como as prisões, em meios de reprodução da violência e em *locus* privilegiado de afirmação da identidade delinquentes.

Esse cenário é caracterizado por uma dubiedade: ao mesmo tempo em que pretende se apresentar como uma verdadeira cidade, onde reina a ordem e a harmonia, cidade aberta ao público, deve comportar muros altos e desenvolver todo um sistema de segurança que impeça fugas e rebeliões. Caracterizado igualmente pela opressão dos registros, dos banhos, das classificações, das entrevistas; pela despersonalização do atendimento; pelo despojamento de valores concretos e em contrapartida pela imposição burocrática de valores abstratos estranhos ao universo cultural de seus tutelados; pela estigmatização e pela violência física em suas mais diversas formas. Caracterizado ainda pela fragmentação institucional, em cuja raiz repousa a falência de todas as propostas, programas e metas formulados e implementados, que combinam contraditoriamente receitas tradicionais e modernas, assistencialistas e “técnicas”. Tal é o que se verifica com as políticas de escolarização formal, marcadas pelo desestímulo às atividades espontâneas, pelo tédio e ociosidade. De igual modo, é o que ocorre com as políticas de profissionalização, marcadas pelo mesmo espírito que rege a disciplina do trabalho fabril, ou seja, pelo domínio espaço-temporal da atividade ocupacional expressa na pontualidade, na assiduidade, na permanência, na fixação de atenção, no manuseio adequado de instrumentos e de equipamentos, horizonte que pouco encontra ressonância na cultura de jovens e crianças “assistidos”. O resultado desse cenário somente pode ser o da ambivalência, uma estranha *mélange* entre a disciplina em nome da ordem e a disciplina em nome da segurança<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Esta análise da instituição FEBEM-SP encontra-se em Bierrenbach (1987: 37-119).



É no interior dessa ambigüidade institucional que as crianças e jovens delinqüentes realizam subjetivamente a sua: um misto de decência e de malandragem (Violante, 1983). Por um lado, devem se resignar diante da opressão institucional. Devem aceitar os pressupostos da ordem, acompanhar as rotinas diárias, ir à escola, participar das atividades psicoterapêuticas, realizar trabalho produtivo, colaborar com os agentes institucionais em toda e qualquer oportunidade em que forem solicitados, dar demonstrações efetivas e sinceras de que se encontram no caminho da "regeneração". Por outro lado, não têm como se afastar do microterritório da delinqüência. Devem por essa via atualizar periodicamente seu repertório de práticas delinqüenciais, ampliar seu raio de ação e de contatos, estender seu currículo, tornar-se cada vez mais audaciosos, enfrentar todos e todas as circunstâncias com que se defrontam em seu caminho tortuoso. As permanentes entradas e saídas institucionais somente se prestam a consolidar essa ambigüidade, nascida no mundo social e institucionalizada no mundo público e político das agências de controle e de assistência em uma história circular e aparentemente cega, cujo caminho provável é reproduzir sempre o mesmo destino, encerrado em si próprio, a delinqüência e a violência (Violante, 1983). Como afirma Artur, referindo-se ao destino trágico que culmina no encontro entre personagens e instituições:

"Aqui não é vida, é morte. Quantas vezes eu vi um atacar o outro não sabe nem por que e se o outro quiser se defender nem vai dar tempo. É preciso andar com cuidado, não é vida de gente, nem animal porque animal ataca quando está com raiva, para viver, aqui é a troca de nada e a autoridade não vê, embora eu tenha todo o respeito por eles [referindo-se a seus pares], eles cresceram aqui".

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, S. & Bordini, E. (1989), "Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9(3):70-94, fevereiro, Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (1987a), "Cidadania e conflitos sociais no campo", in *Rev. Humanidades*, 15, UNB, Brasília.
- (1987b) (coord.), *Violências contra mulheres e menores em conflitos de terras*. Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, Brasília.
- ALTENFELDER, M. (1977), *Bem-estar e promoção social — pronunciamentos na SEPS e na FUNABEM, 1965 a 77*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Promoção Social, Assessoria de Comunicação Social, São Paulo.
- ALVES, Zélia Maria Côrtes et al. (1989), *A infância pobre no Brasil: subsídios para o encaminhamento da questão na próxima década*, Fundap, s.l., agosto (mimeo).
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa & Lícia do Prado Valadares (1988), "Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura", in *BIB*, (26):3-37, 2º semestre, Anpocs, s.l.
- AMARAL Sobrinho, J. (1988), "A educação básica e as políticas de ajuste", in Chahad, J. P. Z. & R. Cervini (orgs.), *Crise e infância no Brasil* (O impacto das políticas de ajustamento econômico), IPE/Unicef, São Paulo, p. 389-401.